ASPECTOS DA AVALIAÇÃO DA FORMAÇÃO DE AGENTES SOCIAIS PARA O DESENVOLVIMENTO DAS POLÍTICAS DE ESPORTE E LAZER: O CASO DO PROGRAMA ESPORTE E LAZER DA BAHIA

LACERDA, Paulo José Cabral

Universidade Federal de Goiás (UFG-Campus Jataí), Jataí, GO, Brasil

E-mail: pjclacerda@gmail.com

SOARES, Khellen Cristina Pires

Instituto Federal do Tocantins (IFTO), Palmas, TO, Brasil

E-mail: khellencristina@gmail.com

CAPI, André Henrique ChabariberyCapi

Universidade de Araraquara (UNIARA), Araraquara, SP, Brasil

E-mail: andrechacapi@gmail.com

BORGES, Carlos Nazareno Ferreira

Universidade Federal do Pará, Belém, PA, Brasil.

E-mail: naza\_para@yahoo.com.br

**Eixo Temático escolhido:**  Lazer, formação e atuação profissional **Classificação:** Pesquisa Científica

**Resumo**

Palavras-chave: Formação Profissional. Políticas Públicas Sociais. Processo Formativo.

**Introdução**

Nesse texto apresentaremos parte do debate acerca do processo formativo como elemento central de um programa social de esporte e lazer de abrangência nacional, algo que vem sendo defendido de maneira enfática desde a a contribuição de Marcellino (2001). O Programa Esporte e Lazer da Cidade (Pelc) propõem a implantação de políticas públicas sociais[[1]](#footnote-1) para atender à demanda por lazer e esporte recreativo da população, sobretudo em comunidades em situação de vulnerabilidade social. O objetivo do programa é democratizar e universalizar o acesso a práticas e conhecimentos do lazer e do esporte recreativo, integrados às demais políticas públicas, favorecendo o desenvolvimento humano.

Este programa é coordenado pela Secretaria Nacional de Esporte, Educação, Lazer e Inclusão Social (SNELIS) do Ministério da Cidadania, que possui como uma de suas ações a implantação de núcleos de esporte e lazer. Esses núcleos são caracterizados como espaços de referência e convivência social para todos da comunidade (pessoas de diferentes faixas etárias, com deficiência física e com necessidades especiais). A proposta do programa consiste em desenvolver atividades sistemáticas (oficinas) e assistemáticas (eventos) em convênios firmados com governos estaduais e municipais, universidades públicas e demais instituições federais.

A mediação das atividades do Pelc é desenvolvida por agentes sociais que passam por um processo de formação, que durante grande parte do tempo de funcionamento esteve sob a responsabilidade da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). Esta instituição coordenava um grupo de vinte formadores e cinco articuladores regionais das diferentes regiões brasileiras responsáveis pela formação dos agentes sociais.

Até agosto de 2019, período que a Secretaria Especial do Esporte (SEE), vinculada ao Ministério da Cidadania, encerrou o convênio com a UFMG, alegando contingenciamento de recursos, o programa possuía a formação como um dos seus eixos norteadores. Dessa forma, eram desenvolvidas ações com o objetivo de qualificar os recursos humanos que atuam com a formação de agentes sociais do Programa. Nesse ínterim, estivemos analisando o convênio do estado da Bahia a luz das diretrizes e eixos norteadores do edital público do programa de 2014, na intenção de estudar elementos contribuidores da formação para o melhor funcionamento da política.

A pretensão do processo de formação com os agentes sociais de esporte e lazer no Pelc é ser desenvolvido em quatro módulos presenciais, sob a orientação da equipe de formadores do programa. Assim se caracterizam os módulos: Introdutório 1, com 24h de duração e o convênio tem que realizar até o 4º mês de estruturação; Introdutório 2 também com 24h de duração e o prazo é o 6º mês de estruturação; Avaliação 1 e o Avaliação 2 ocorrem no 14° e 24° mês, respectivamente. Também destacamos que semanalmente ocorre um módulo regular, chamado de formação em serviço com 4 horas de duração sobre a coordenação da entidade conveniada.

Para qualificar o processo de construção de saberes dos agentes sociais, o Pelc passou a oferecer a formação na modalidade o Ensino a Distância (EaD) como uma alternativa de formação e oportunidade de Educação Permanente em esporte e lazer, em nível de extensão, para formação em larga escala no país, oferecendo cursos de 15h e 30h também sob a coordenação da UFMG.

Cada um dos cursos oferecidos possui objetivos, temas e conteúdos específicos, com o propósito de orientar e qualificar a atuação profissional dos envolvidos no convênio, assim como a política pública de esporte e lazer dos municípios parceiros.

No contexto da breve explanação até aqui, trazemos o produto de um estudo que buscou um dos aspectos importantes do processo formativo para qualificação das políticas públicas a partir das experiências do Pelc. Dessa forma, estabelecemos como objetivo geral conhecer a importância do trabalho dos formadores a partir do olhar dos agentes, considerando que o trabalho do formador é importante para o processo formativo e esse, por sua vez, importante para o funcionamento da política pública.

Enquanto os objetivos específicos consistiram em: apresentar parte dos resultados dos questionários de avaliação dos módulos de avaliação da formação do convênio PELC/Bahia, relacionada à atuação dos formadores; refletir sobre a importância do processo formativo como elemento basilar na construção do Pelc e no desenvolvimento das políticas de esporte e lazer; e, examinar criticamente a descontinuidade das formações (ver a melhor forma de apresentar, para ficar melhor seria interessante conseguir o Edital novo/diretriz nova) no PELC;

O convênio Pelc/Bahia é um relevante objeto de pesquisa porque consistiu de um convênio entre o Ministério do Esporte e a Superintendência dos Desportos da Bahia (SUDESB). As metas do convênio intencionavam a implementação de 100 núcleos do Pelc, com atuação de aproximadamente 710 profissionais (600 agentes sociais, 100 coordenadores de núcleo, 8 coordenadores setoriais, 2 coordenadores gerais) e atendimento de 40.000 pessoas de todas as faixas etárias, incluindo pessoas com pessoas com deficiência e com necessidades especiais. Outro ponto a se destacar é a abrangência territorial, pois os 100 núcleos foram implementados em 78 municípios de diferentes regiões do estado, incluindo Salvador, a capital.

**Metodologia**

O trabalho de pesquisa consistiu de um estudo de caso utilizando a abordagem quali-quantitativa, combinando um “esboço de pesquisa bibliográfica”, análise documental, e um levantamento de dados numéricos dos questionários respondidos pelos agentes sociais no módulo de avaliação.

O que chamamos de “esboço pesquisa bibliográfica” aconteceu por meio do levantamento bibliográfico, intencionado na busca de referências que dialogassem com nosso objetivo de pesquisa a partir de um acúmulo de estudos relacionados ao mesmo objeto ˗ as políticas públicas sociais de esporte e lazer. Para tanto, consultamos as referências bibliográficas no sistema de bibliotecas integradas da UFMG e Universidade Federal de Goiás (UFG); na Biblioteca Digital de Teses e Dissertações, do Sistema de pesquisa de periódicos e Banco de Teses do Centro de Aperfeiçoamento a Pesquisa (CAPES); no acervo do Laboratório de Pesquisas sobre Formação e Atuação Profissional em Lazer (ORICOLÉ/UFMG). Também buscamos nos *sites* dos periódicos que publicam sobre os temas selecionados, tais como: Licere, Movimento, Motriz, Motrivivência, Revista da Educação Física, Anais do Congresso Brasileiro de Estudos do Lazer e do Encontro Nacional de Recreação e Lazer (ENAREL). O critério de escolha foi concretamente a legitimação desses canais nos principais estudos que vimos encontrando no campo dos estudos do lazer nos últimos 30 anos, segundo argumentos de Venturim, Borges e Silva (2013). Em razão das limitações do presente texto, os artigos selecionados será mencionados ao longo da discussão.

 Para a localização, a consulta e a seleção dos estudos utilizamos as palavras chave política pública de esporte e lazer, Pelc, formação de agentes sociais de esporte e lazer, construção de saberes. Para ampliar a busca de informações também realizamos esse processo articulando os termos entre si e, relacionando-os as palavras lazer, esporte, e atuação profissional.

Quanto à análise documental, consultamos os documentos balizadores do Pelc e as diretrizes sobre esporte e lazer da SUDESB, no site da instituição.[[2]](#footnote-2) O levantamento quantitativo foi realizado nos questionários respondidos por agentes nos módulos.

A análise dos dados ocorreu por meio da técnica de análise de conteúdo apresentado por Bardin (2009) e por saturação de dados (MAGNANI, 1982). As informações dos questionários forma tomadas em conjunto, a fim de reunir o maior número de dados possíveis a partir do objeto de estudo.

**Pelc/Bahia – análises do processo de formação**

Como pode se observar no desenho de estruturação do Pelc,[[3]](#footnote-3) a formação se constitui como uma das ações fundamentais do programa, cujo objetivo consiste em qualificar os agentes sociais, gestores, representantes da comunidade e formadores.

Segundo Figueiredo (2009), o sistema de formação do PELC possui duas ações estruturantes: composição do grupo de formadores e formação permanente. Para o autor essa segunda ação consiste dos módulos de formação dos agentes sociais, reuniões anuais de gestores e agentes e a formação de formadores. Segundo Ramos (2011), desde a implantação do Pelc como projeto piloto em 2003, o processo de construção do sistema de formação dos agentes sociais ocorre considerando as experiências desenvolvidas nos módulos de formação.

Entendemos que a formação dos agentes sociais, ao ser construída nos moldes acima comentados, busca dar suporte às demandas e problemas que se manifestam no núcleo e/ou convênio a partir das especificidades do programa e respeitando o contexto da comunidade, o que permite o redimensionamento das ações. Esse movimento de valorização do processo de formação dos agentes sociais é resultado de uma série de fatores, entre os quais destacamos três: a metodologia da formação, a proposta de avaliação processual e a configuração dos editais de conveniamento do programa.

Corroboramos com Vieira (2010), que aponta a proposta de formação da forma que é desenvolvida como necessária para os agentes sociais e demais personagens que se envolvem com o programa para atender as diferentes demandas técnica e/ou política das pessoas que nele atuam. A maior justificativa da necessidade é que os integrantes dos grupos a ser formados possuem diferentes níveis de instrução e de experiência com as realidades das ações a serem desenvolvidas. Importante reconhecer que alguns agentes não têm formação escolar, como é o caso de ex-atletas, educadores populares, dançarinos, artesãos, músicos, artistas circenses, entre outros. Entretanto, muitos desses sujeitos possuem o saber da experiência. Outros são estudantes dos anos iniciais de cursos superiores como Educação Física, Turismo ou Pedagogia. Mas há sujeitos atuando no programa que são profissionais o ensino superior concluído.

Para Figueiredo (2009), a política de formação como eixo central da política de lazer constitui-se como uma proposta de formação humana, política e pedagógica de trabalhadores do lazer que, ao se estruturar nos parâmetros de uma política social, possibilita a mobilização dos diversos agentes envolvidos nesse processo em consonância com os interesses da classe trabalhadora.

Outrossim corroboramos com o s indicadores apontado por Beloni (2003), para analisar o funcionamento da políticas públicas. Desta forma, utilizando as contribuições da autora mencionada, consideramos ser necessário no uso corrente, reconhecer a efetividade do processo de formação do Pelc/Bahia, entendendo que está análise diz respeito à capacidade de se promover resultados pretendidos. A eficiência viria da competência para se produzir resultados com dispêndio mínimo de recursos e esforços. Já a eficácia, remete às condições controladas, a resultados desejados de experimentos, e a critérios que, deve-se reconhecer, não se aplicam automaticamente às características e realidade dos programas sociais.

O quadro 1 apresenta os resultados dos questionários preenchidos por agentes e coordenadores que participaram do módulo de avaliação e revelam dados que mostram a efetividade, eficiência e eficácia do processo de formação desenvolvido no convênio da Bahia. A maioria dos agentes e coordenadores atesta de forma positiva a atuação dos formadores nos módulos, destacando que estes detêm o domínio das temáticas trabalhadas, que as metodologias foram adequadas para a aprendizagem dos conteúdos, e que estes conteúdos ajudam a desenvolver o trabalho nos núcleos. Há um consentimento da maioria de que os objetivos da avaliação foram alcançados, visto que os respondentes tinham como alternativas para respostas: sim, não e em parte.

Quadro 1. Avaliação dos participantes dos módulos a cerca do trabalho dos formadores.



 Fonte: Livre elaboração dos autores a partir dos dados levantados.

O papel da formação é desenvolver no grupo os valores da participação que permitam a realização do trabalho em grupo, a construção coletiva e a identidade da cultura local. Ao desenvolver a formação pautada nesses valores é possível contribuir com a promoção da auto-organização, do protagonismo e da autonomia dos sujeitos. Ao avaliar o processo formativo de forma positiva entendemos que os agentes e coordenadores do convênio da Bahia, estão destacando que houve alcance dos objetivos, entendido por eles como eficácia. Por sua vez a eficiência é entendida pelos respondentes como a melhor forma de utilização dos recursos disponíveis. Já a efetividade no campo social é a sua capacidade de realização/resultados, assim como apontam Antico e Jannuzzi (2006), em seus estudos sobre avaliação em política pública.

O sistema de formação do Pelc busca encontrar caminhos, em constante diálogo com a demanda da realidade dos módulos de formação, para estabelecer ações formativas que permitam a qualificação das intervenções pedagógicas. Deste modo, o sistema de formação mediado pelos formadores constitui-se como uma ação estruturante do programa, pois nesses encontros os formadores discutem sobre os limites e as possibilidades dos módulos de formação nos convênios e compartilham os saberes construídos nessas intervenções com as diferentes realidades.

Entre os principais desafios da avaliação em política pública social, destacamos a importância da clareza do sentido de avaliar aquilo que se propõe, mediante a metodologia 3Es ˗ Balanced Scorecard (KAPLAN; NORTON, 1997). Nesse caso, a proposta é refletir sobre a importância do processo formativo para qualificação das políticas públicas a partir das experiências do Pelc.

Quanto aos indicadores qualitativos, observamos o que revelam as respostas dos questionários com relação à atuação dos formadores. Segundo se observou, considera-se a atuação dos formadores e, portanto o processo formativo, uma importante estratégia que visa potencializar ações estruturantes que qualifiquem a política pública de esporte e lazer a partir da implantação e execução do programa, tanto do ponto técnico-administrativo, quanto do ponto de vista da ação em si (PINTOS, 2017).

A imagem 1 traz as palavras que se destacam quanto da avaliação dos agentes e coordenadores para o processo de atuação dos formadores

Imagem 1. Avaliação qualitativa dos participantes quanto a atuação dos formadores



Fonte: Livre elaboração dos autores a partir dos dados disponibilizados pelos questionários.

Pelo resultado da avaliação entendemos que o desafio do profissional formador no programa consiste em permear a sua intervenção no compromisso, na competência técnica e no comprometimento com a política pública, com os grupos e com as ações. Nessa perspectiva, é possível pensar que seu trabalho deve alicerçar-se “na vontade social e no compromisso político-pedagógico de promover mudanças nos planos cultural e social” (STOPPA; ISAYAMA, 2001, p. 94).

Assim, compreendemos que o formador, para adquirir essas competências, necessita de uma capacitação profissional permanente a qual pode se materializar por meio de cursos de extensão de curta ou longa duração; pós-graduação (*lato* ou *stricto sensu*); participação em grupos de pesquisa; eventos acadêmicos; e envolvimento com a formação em serviço. Todas essas possibilidades permitem ao profissional uma atuação ativa no desenvolvimento das suas ações que vão desde a elaboração da programação do módulo de formação, perpassando pelas fases de acompanhamento, monitoramento, até o processo de avaliação.

Entendemos ainda que os achados supramencionados presentes nas avaliações dos respondentes contribui com o debate da relevância da formação. Isso porque o processo formativo regular é um eixo concebido como um dos pilares tanto para a qualificação e a consolidação da atuação do profissional como para o planejamento e a implementação de políticas e programas na área do lazer nos diversos setores (público, privado, corporativo e terceiro setor). Assim compreendendo, apresentamos na imagem 2 as palavras que representam os aspectos mais relevantes na formação do convênio da Bahia, a partir do olhar dos agentes e coordenadores.

Imagem 2. Avaliação qualitativa dos participantes sobre os aspectos relevantes da formação.



Fonte: Livre elaboração dos autores apartir dos dados disponibilizados.

O estudo de Isayama (2010) aponta que a busca pela qualificação da formação do profissional do lazer, no país, concretiza-se, principalmente, por duas perspectivas. Uma que tem a técnica como fio condutor, cuja preocupação é formar um profissional mais técnico que tem como orientação primordial o domínio dos conteúdos específicos, metodologias e privilegia a familiarização com as práticas e atividades que se apresentam no dia a dia do animador cultural. A outra perspectiva entende que a formação deve se centrar no conhecimento, na cultura e na crítica, que se dá por meio “da construção de saberes e competências que devem estar alicerçados no comprometimento com os valores disseminados numa sociedade democrática, bem como na compreensão do papel social do profissional na educação para e pelo lazer” (ISAYAMA, 2010, p. 13).

A segunda perspectiva apontada pelo autor supra, vislumbra a formação como uma possibilidade para o rompimento com a visão tecnicista, comum em nas intervenções atuais. Por meio do rompimento, busca-se promover uma prática consciente que deve ser pautada na competência técnica, científica, política, filosófica e pedagógica e no conhecimento crítico da realidade.

**Conclusão**

Para avançar com a investigação sobre formação no lazer, primeiro é necessário compreendê-lo como cultura, portanto, como uma manifestação humana concreta que permite às pessoas o exercício da cidadania e a participação cultural, entendendo esta última “como uma das bases para a renovação democrática e humanista da cultura e da sociedade, tendo em vista não só a instauração de uma nova ordem social, mas de uma nova cultura” (MARCELLINO, 1995, p. 17).

Observamos que o debate da formação na área do lazer tenta encontrar caminhos para romper com a valorização do tecnicismo, buscando qualificar o desenvolvimento do profissional por intermédio de um diálogo interdisciplinar que se pauta nos conhecimentos científicos, procedimentos racionais da ciência e no conhecimento da ação do profissional.

O estudo que ora finalizamos intencionou conhecer aspectos da avaliação de agentes sociais de esporte e lazer quanto à atuação de formadores e quanto aos benefícios da formação para a efetividade do trabalho nas intervenções. Os resultados apresentados neste estudo apontam para compreensão da formação de profissionais que atuam em diversos setores da sociedade, inclusive em programas sociais de esporte e lazer, como um processo educativo, uma alternativa. Essa alternativa é a busca de possíveis soluções dos problemas educacionais, sociais, culturais e, consequentemente, para o desenvolvimento efetivo das políticas públicas. Nesse contexto a formação apresenta-se como uma possibilidade para as pessoas enfrentarem, com atitude de confiança e responsabilidade, as barreiras na área da educação e, em outras áreas, como a do lazer, que se manifestam de múltiplas formas em contextos complexos e diversificados.

**Referências**

ANTICO, C.; JANNUZZI, P. M. Indicadores e a gestão de políticas públicas. [2006].

BELLONI, I.; MAGALHÃES, H.; SOUSA, L. C. **Metodologia de avaliação em políticas públicas: uma experiência em educação profissional**. São Paulo: Cortez, 2003.

BORGES, Carlos Nazareno Ferreira . Educação cidadã pelo lazer: A contribuição da políticas públicas de esporte e lazer. Revista **Licere**, v. 20, p. 372-410, 2017.

FIGUEIREDO, P. O. F. de N. **Política e formação**: O programa esporte e lazer da cidade no Distrito Federal e entorno. Dissertação (mestrado) – Universidade de Brasília, Programa de Pós-Graduação em Educação Física, 2009.

ISAYAMA, H. F. A formação profissional no âmbito do lazer: desafios e perspectivas. In: ISAYAMA, H. F. (Org.). **Lazer em estudo**: Currículo e formação profissional. Campinas: Papirus, 2010, p. 9-25.

KAPLAN, R. S.; NORTON, D. P. **A estratégia em ação: Balanced Scorecard**. Rio de Janeiro: Campus, 1997.

MAGNANI, J.G.C. **Festa no pedaço**. São Paulo, Brasiliense, 1982

MARCELLINO, N. C. A ação profissional no lazer, sua especificidade e seu caráter interdisciplinar. In: MARCELLINO, N. C. (Org.). **Lazer:** formação e atuação profissional. 3. ed. Campinas: Papirus, 1995.

\_\_\_\_\_\_(Org**.) Lazer e Esporte**: políticas públicas. 2.ed. Campinas*:* Autores Associados, 2001

PINTOS, A. E. Análise da experiência em Monitoramento e Avaliação de Políticas Públicas do Programa Esporte e Lazer da Cidade – PELC. <http://vitormarinho.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/727/2017_AnaElenaradaSilvaPintos.pdf?sequence=1&isAllowed=y>

RAMOS, M. L. B. C. (Org.).**Formação no programa esporte e lazer da cidade**. Brasília: Fields, 2011.

STOPPA, E. A.; ISAYAMA, H. F. Lazer, mercado de trabalho e atuação profissional. In: WERNECK, C. L. G.; STOPPA, E. A.; ISAYAMA, H. F. **Lazer e mercado**. Campinas: Papirus, 2001.

VENTURIM, L. F. ; BORGES, Carlos Nazareno Ferreira ; SILVA, D. S. . Estratégias de Gestão Pública na Prefeitura de Vitória/ES: O PELC e a Intersetorialidade das Ações. Licere (Belo Horizonte. Impresso), v. 16, p. 1-38, 2013.

1. Borges (2017) esteve revisando a literatura para ajudar na abordagem dos conceitos de políticas públicas e políticas sociais aplicados à necessária apropriação do direito ao esporte recreativo e ao lazer. Em geral a diferença entre os termos pode se expressar pelo grau de universalidade no atendimento. Mas, ao considerarmos um termo que agrega os dois outros, estamos considerando para além da universalidade, uma ação estatal que garanta o acesso ao direito aos que mais necessitam em um grau necessário de universalidade. [↑](#footnote-ref-1)
2. Disponível em <http://www.sudesb.ba.gov.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=43> Acesso em 13 de setembro de 2019 [↑](#footnote-ref-2)
3. Disponível em <http://www.esporte.gov.br/index.php/institucional/esporte-educacao-lazer-e-inclusao-social/esporte-e-lazer-da-cidade> Acesso em 13 de setembro de 2019. [↑](#footnote-ref-3)